

Acórdão nº 9.651/2016/Plenário-TCE/AC

NATUREZA DO FEITO: Processo nº 16.223.2012-80-TCE
ASSUNTO: Prestação de Contas da Agência de Negócios do Estado do Acre S.A – ANAC, exercício de 2011.
RESPONSÁVEIS: Senhores **Gilberto do Carmo Lopes Siqueira, Márcio Veríssimo Carvalho Dantas e Tony John de Oliveira**
RELATOR: Conselheiro **Antonio Cristovão Correia de Messias**

Prestação de contas. Agência de Negócios do Acre. Intempestividade da apresentação da Prestação de Contas. Falta de integralidade dos documentos exigidos pela Resolução TCE-AC nº 62/2008. Ausência de reconhecimento de prejuízo. Ausência de contabilização da equivalência patrimonial, referente ao investimento na Companhia Peixes da Amazônia S/A. Ausência de informação quanto ao aumento de capital. Irregularidade das contas. Notificação. Regularidade das Contas dos Senhores Gilberto do Carmo Lopes Siqueira e Márcio Veríssimo Carvalho Dantas, diretores-presidentes naquele exercício. Abertura de Tomada de Contas Especial.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do voto do Conselheiro-Relator: **1)** com fundamento na alínea “b”, do inciso III, do artigo 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, considerando **irregular** a Prestação de Contas da Agência de Negócios do Acre (ANAC), referente ao exercício orçamentário e financeiro de 2011, de responsabilidade do Senhor **Tony John de Oliveira** (Diretor-Presidente, período de 13/06/2011 a 31/12/2011), em razão das irregularidades descritas no Relatório da DAFO/3ºIGCE (item “5.1”, fls. 260-261): **1.1)** intempestividade da apresentação da Prestação de Contas, **1.2)** falta de integralidade dos documentos exigidos pela Resolução TCE-AC nº 62/2008, **1.3)** ausência de reconhecimento de prejuízo, no montante de R\$ 493.898,25 (quatrocentos e noventa e três mil, oitocentos e noventa e oito reais e vinte e cinco centavos), **1.4)** ausência de contabilização da equivalência patrimonial, referente ao investimento na Companhia Peixes da Amazônia S/A, e, **1.5)** ausência de informação quanto ao aumento de capital; **2) notificar** o responsável pela ANAC, para tomar ciência desta decisão e do apurado pela análise técnica (fls. 248 a 262), a fim de que promova as correções cabíveis, caso ainda persistam; **3) Decidiu-se**, ainda, **por maioria**, nos termos do voto do Conselheiro Antonio Jorge Malheiro: **1)** pela **regularidade** das Contas dos Senhores **Gilberto do Carmo Lopes Siqueira e Márcio Veríssimo Carvalho Dantas**, diretores-presidentes naquele exercício, no período anterior a 13/06/2011 e, **2)** com o desempate da Presidência, pela **abertura de Tomada de Contas Especial** para apurar se houve ou não prejuízos e a responsabilização dos gestores, em face das ações efetuadas para participar de sociedades de capital privado, com capital

(Acórdão nº 9.651/2016/Plenário-TCE/AC – FL. 02)

integralizado, naquele e em exercícios posteriores. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos. **Divergiu** o Conselheiro Ronaldo Polanco Ribeiro que votou apenas pela irregularidade das contas. **Vencido, em parte**, o Conselheiro-relator, seguido pelo Conselheiro José Augusto Araújo de Faria, que votou pela irregularidade da Prestação de Contas da Agência de Negócios do Acre (ANAC), referente ao exercício orçamentário e financeiro de 2011, de responsabilidade dos Senhores **Gilberto do Carmo Lopes Siqueira** (Diretor-Presidente, período de 01/01/2011 a 28/03/2011), **Márcio Veríssimo Carvalho Dantas** (Diretor-Presidente, período de 28/03/2011 a 13/06/2011), em razão das irregularidades descritas no Relatório da DAFO/3º IGCE (item “5.1”, fls. 260-261) e, **2)** pela aplicação de multa ao Senhor Tony John de Oliveira, com fundamento nos artigos 54, parágrafo único, e 89, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, pela prática de atos com grave infringência à norma legal, no valor de R\$ 3.570,00 (três mil, quinhentos e setenta reais), a ser recolhida em favor do Tesouro do Estado do Acre, no prazo de 30 (trinta) dias, de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas. Ausente, justificadamente, o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Valmir Gomes Ribeiro.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre
Rio Branco – Acre, 18 de agosto de 2016

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**
Presidenta do TCE/AC

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**
Relator

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**
Voto vencedor, em parte

Fui presente:

MARIO SÉRGIO NERI DE OLIVEIRA
Procurador-Chefe do MPE/TCE/AC